

d) Declaração, devidamente actualizada e autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público, a categoria e posição remuneratórias detidas e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, a indicação do conteúdo funcional correspondente ao último posto de trabalho ocupado, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto.

e) Declaração de funções relativa a cada uma das actividades desenvolvidas e respectiva experiência profissional, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal.

27 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicada na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

28 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

29 — O júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo o respectivo Presidente substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo:

Presidente: Ana Sofia Ferros Magalhães de Lima Gonçalves Vaz — Chefe da Divisão de Entidades Gestoras e Mercado de Resíduos;

1.º Vogal efectivo: Anabela de Jesus Boviano Borges — Chefe da Divisão de Licenciamento de Fluxos de Resíduos;

2.º Vogal efectivo: Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia — Técnico Superior

1.º Vogal suplente: Sílvia Maria Machado Fialho Cavaco Gois Saldanha — Técnica Superior;

2.º Vogal Suplente: Ana Teresa Barros Cardoso — Técnica Superior.

30 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

31 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

03 de Maio de 2011. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

204646074

#### Aviso n.º 10508/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a licenciada Ana Isabel Feio Leonardo Paulino, cessou a seu pedido e com efeitos a 01 de Abril de 2011 a Comissão de Serviço, que vinha exercendo no cargo de Directora do Departamento de Operações de Gestão de Resíduos.

Para assegurar o normal funcionamento dos serviços faz-se público que a licenciada acima identificada se mantém no exercício do cargo em gestão pelo período de 60 dias com início a 02 de Abril de 2011.

4 de Maio de 2011. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

204643214

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

#### Aviso n.º 10509/2011

Por despacho de 03/05/2011 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, estando extinta a Comissão de Acompanhamento de Revisão do Plano Director Municipal de Alcanena, face ao disposto na alínea b) do artigo 20.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é constituída a nova Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto nos n.º 1 do artigo 5.º do mesmo diploma, presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
Câmara Municipal de Alcanena  
Assembleia Municipal de Alcanena  
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.  
Autoridade Florestal Nacional  
Autoridade Nacional de Protecção Civil  
Direcção-Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento  
Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo  
Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo  
Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento  
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.  
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.  
Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.  
Turismo de Portugal, I. P.  
Câmara Municipal da Batalha  
Câmara Municipal de Porto Mós  
Câmara Municipal de Santarém  
Câmara Municipal de Torres Novas  
Câmara Municipal de Ourém

O presente prejudica o despacho a que se refere o Aviso (extracto) n.º 15385/2009, de 27/08/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170 de 2/09/2009

5 de Maio de 2011. — A Vice-Presidente, *Paula Santana*.

204648318

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 7130/2011

O Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, aprovou o regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu (FSE) para o período de programação de 2007-2013, determinando a necessidade de regulamentação complementar específica para disciplinar as várias tipologias de intervenção no âmbito dos respectivos programas operacionais.

A Tipologia de intervenção n.º 7.4 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), «Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos», visa a promoção da prossecução de políticas de igualdade de género, através da formação e qualificação de actores e decisores estratégicos nesta temática.

Considerando que, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro, que aprovou a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), compete a esta Comissão promover a formação na área laboral de públicos estratégicos, foi identificada a necessidade de acolher no âmbito dos apoios a conceder ao abrigo da referida tipologia de intervenção, as acções por ela desenvolvidas especificamente orientadas para esta problemática.

A comissão ministerial de coordenação do POPH, nos termos do n.º 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que o republica, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de Abril, aprovou a presente alteração, tendo sido colhido o parecer prévio favorável do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos Regulamentares n.ºs 13/2008, de 18 de Julho, e 4/2010, de 15 de Outubro, pelo que, em conjugação com o seu n.º 3, determina-se o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Alteração ao despacho n.º 15 606/2009, de 9 de Julho

Os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 8.º, 9.º, 11.º, 12.º, 16.º e 17.º do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de intervenção n.º 7.4, «Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos», do Eixo n.º 7, «Igualdade de género», do Programa Operacional Potencial Humano, anexo ao despacho n.º 15 605/2009, de 9 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 4.º

[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....